



ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LOCALFRIO S.A. ARMAZÊNS GERAIS FRIGORÍFICOS

CELEBRADA ENTRE

LOCALFRIO S.A. ARMAZÊNS GERAIS FRIGORÍFICOS
como Emissora;

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas;

DATA
19 DE NOVEMBRO DE 2010

ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS

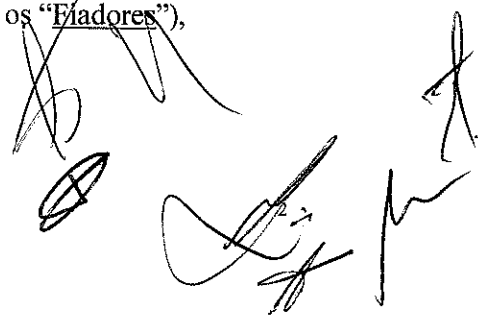
Pelo presente instrumento particular:

- (i) **LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fernando Falcão, nº 1.137, CEP 03180-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0001-16, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”); e
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200 – Bloco 4 – Sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com garantia adicional fidejussória, a ser transformada em espécie com garantia real, em série única, em regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora (“Debenturistas”),

Na qualidade de intervenientes garantidores:

- (iii) **HÉLIO DE ATHAYDE VASONE**, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mário Wallace Simonsen Cochrane, nº 40, CEP 05678-060, portador da cédula de identidade RG nº 1.918.514, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.584.068-72 (“Fiador”);
- (iv) **MARILENA RODRIGUES VASONE**, brasileira, empresária, casada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mário Wallace Simonsen Cochrane, nº 40, CEP 05678-060, portadora da cédula de identidade RG nº 2.617.241, inscrita no CPF/MF sob o nº 255.275.618-21 (“Fiadora”);
- (v) **LOCALPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 220, 8º andar, conjunto 82, sala B, CEP 04552-903, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.196.697/0001-34, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Localpar”) e, em conjunto com o Fiador e com a Fiadora, os “Fiadores”),

E, na qualidade de interveniente:



- (vi) **LOCALFRIO ITAJAÍ S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORÍFICOS**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Francisco Reis, nº 1.205, Cordeiros, CEP 88311-710, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.046.834/0001-87, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Localfrio Itajaí"),

vêm por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos" ("Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base na seguinte autorização: Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE") realizada em 19 de novembro de 2010, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures, bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

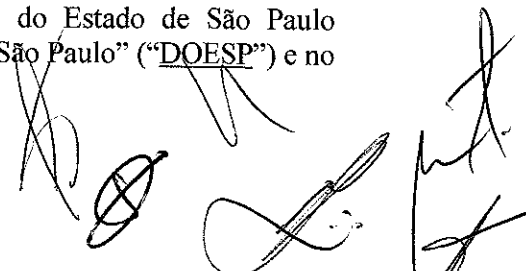
1.2. A concessão da fiança pela Localpar foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Localpar, realizada em 19 de novembro de 2010 ("AGE Localpar").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), sob o regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura ("Emissão" ou "Oferta"), a ser transformada em espécie com garantia real, mediante aditamento, nos termos do Anexo I ao presente instrumento ("Aditamento"), será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata de AGE que deliberou sobre a presente Emissão e sobre a transformação da espécie das Debêntures de subordinada para a espécie com garantia real, realizada em 19 de novembro de 2010, será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" ("DOESP") e no



jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviço" ("DCI"), em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no DCI, conforme legislação em vigor.

2.1.3. A ata AGE Localpar será registrada na JUCESP.

2.2. Arquivamento da Escritura

2.2.1. A Escritura e seus aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM.

2.4. Dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão é automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

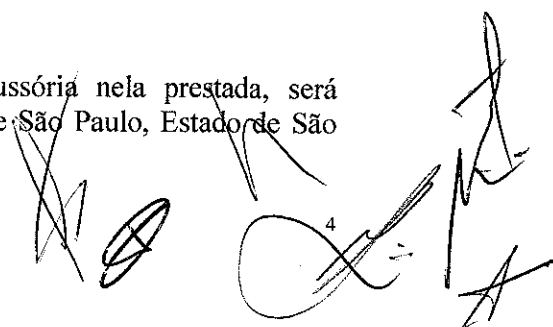
2.5. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

2.5.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, por meio (i) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e (ii) do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.6. Registro da Garantia

2.6.1. A presente Escritura, em função da garantia fidejussória nela prestada, será registrada nos cartórios de títulos e documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São



Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de assinatura desta Escritura, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1 abaixo.

2.6.1.1 No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o registro mencionado na Cláusula 2.6.1 acima, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada na JUCESP e nos competentes cartórios de títulos e documentos.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão e Valor Total

3.1.1. A presente Escritura representa a 1ª emissão pública com esforços restritos de colocação de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão será de R\$151.000.000,00 (cento e cinquenta e um milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor da Oferta").

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

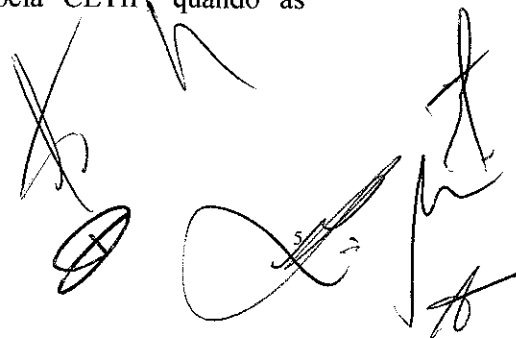
3.3.1. A Emissão será realizada em série única ("Série"). Serão emitidas 151 (cento e cinquenta e uma) Debêntures.

3.3.2. Não haverá a emissão de debêntures adicionais ou lote suplementar.

3.4. Forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.



JUCESP

24.11.10

3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A., com garantia adicional fidejussória, a ser transformada para a espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 3.25 desta Escritura e da constituição das respectivas Garantias (conforme abaixo definido).

3.6.2. A Emissora deverá encaminhar à CETIP cópia do Aditamento tão logo este seja registrado na JUCESP.

3.7. Limite de Emissão

3.7.1. A Emissão não precisa observar aos limites previstos no artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que as Debêntures são da espécie subordinada, conforme previsto no parágrafo quarto do referido artigo. Quando da transformação das debêntures subordinadas em debêntures da espécie com garantia real, as debêntures passarão a contar com garantias reais que representarão, no mínimo, 125% do valor total do saldo devedor das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 3.25.3 abaixo, de forma a serem classificadas como “debêntures com garantia real”, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A.

3.8. Data de Emissão

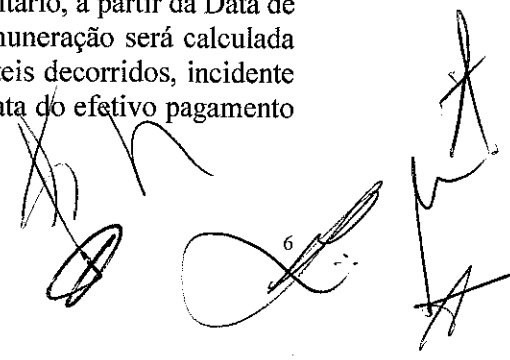
3.8.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 23 de novembro de 2010 (“Data de Emissão”).

3.9. Prazo e Data de Vencimento

3.9.1. O prazo de vencimento das Debêntures será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de novembro de 2016 (“Data de Vencimento”).

3.10. Remuneração das Debêntures

3.10.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI over extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* ou sobretaxa, de 2,0% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão (respectivamente, “Taxa DI” e “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures, obedecida a seguinte fórmula.



$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

onde:

- (a) “J”: valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) “VNe”: Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) “Fator Juros”: Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

- (d) “FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k);$$

onde:

- (i) “n”: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro; e
- (ii) “TDI_k”: Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1;$$

onde:

- (A) “DI_k”: Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- (e) “Fator Spread”: Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

- (i) “sobretaxa”: 2,0000 (dois inteiros)
- (ii) “DP”: número de dias úteis entre o último evento de pagamento e a data atual, sendo ‘DP’ um número inteiro.

observado, ainda:

- (A) “Período de Capitalização”: Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida trimestralmente, conforme disposto na Cláusula 3.12 abaixo;
- (B) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório; e
- (C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (D) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

3.10.2. Observado o disposto na Cláusula 3.10.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “TDIk”, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

3.10.3. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo

de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 3.10.3, convocar Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD") para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de "TDI", a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

3.10.4. Para efeito desta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação", para os fins de deliberação, todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

3.10.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD e não haja qualquer vedação legal quanto a sua utilização, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

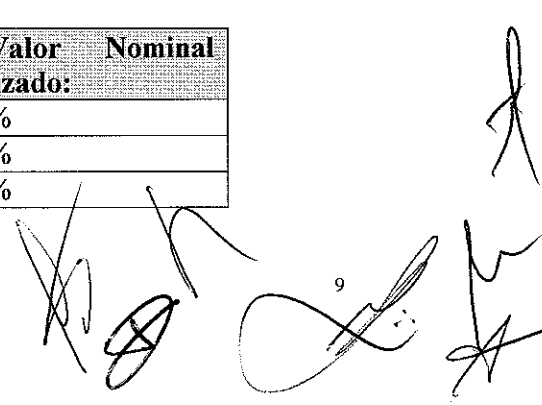
3.10.6. Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 3.10.2 e 3.10.3 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se as Fianças válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação.

3.11. Carência e Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

3.11.1. As Debêntures terão período de carência, contados a partir da Data de Emissão ("Período de Carência do Principal"), sendo o primeiro pagamento realizado em 23 de fevereiro de 2012.

3.11.2. O Valor Nominal Unitário será amortizado trimestralmente, em 20 (vinte) parcelas iguais e consecutivas, conforme tabela abaixo:

Datas de Amortização:	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado:
23/02/2012	5,00%
23/05/2012	5,00%
23/08/2012	5,00%



23/11/2012	5,00%
23/02/2013	5,00%
23/05/2013	5,00%
23/08/2013	5,00%
23/11/2013	5,00%
23/02/2014	5,00%
23/05/2014	5,00%
23/08/2014	5,00%
23/11/2014	5,00%
23/02/2015	5,00%
23/05/2015	5,00%
23/08/2015	5,00%
23/11/2015	5,00%
23/02/2016	5,00%
23/05/2016	5,00%
23/08/2016	5,00%
23/11/2016	5,00%

3.12. Periodicidade do Pagamento da Remuneração

3.12.1. O pagamento da Remuneração será feito trimestralmente, em 24 (vinte e quatro) parcelas, sendo o primeiro pagamento devido em 23 de fevereiro de 2011 e o último na Data de Vencimento.

3.13. Preço de Subscrição

3.13.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (“Preço de Subscrição”).

3.14. Integralização

3.14.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. A totalidade dos valores decorrentes da Integralização deverá ser depositada pelo Coordenador Líder, conforme definido abaixo, na Conta Vinculada Localfrio (conforme definida abaixo).

3.15. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa

3.15.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ou a amortização parcial das Debêntures (“Resgate Antecipado” e “Amortização Parcial”, respectivamente), mediante o envio de comunicação escrita aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, que deverá descrever os termos e condições

do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial, conforme o caso.

3.15.2. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial, observado o disposto na Cláusula 3.15.5 abaixo, será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial, e de um prêmio ("Prêmio") correspondente a ("Prêmio de Resgate Antecipado ou Prêmio de Amortização Parcial"):

(i) 1,00% (um inteiro por cento) se o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial forem realizados durante o Período de Carência do Principal; e

(ii) 0,60% (sessenta centésimos por cento) se o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial forem realizados após o Período de Carência do Principal.

3.15.3. O pagamento do Prêmio de Resgate Antecipado ou Prêmio de Amortização Parcial deverá ser realizado de acordo com o disposto na Cláusula 3.16 abaixo.

3.15.4. Caso ocorra o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial, a CETIP e o Agente Fiduciário deverão ser comunicados com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência. No caso da CETIP, a comunicação se dará através de correspondência enviada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário.

3.15.5. A Amortização Parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

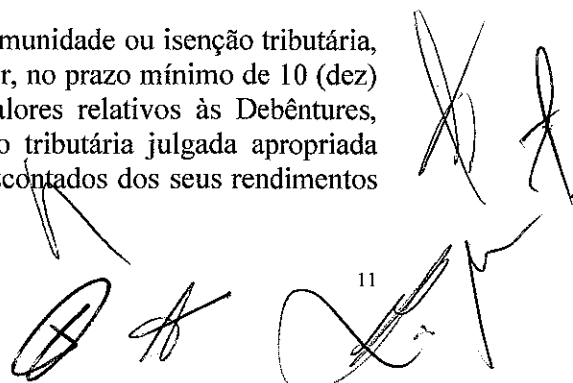
3.15.6. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado ou Prêmio de Amortização Parcial serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial, conforme o caso.

3.16. Local de Pagamento

3.16.1. Observado o previsto na Cláusula 3.18 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (ii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador para as Debêntures que não estiverem registradas no SND.

3.17. Imunidade dos Debenturistas

3.17.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e Escriturador, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos



11

os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.18. Prorrogação dos Prazos

3.18.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando os respectivos vencimentos coincidirem com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de vencimento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.19. Encargos Moratórios

3.19.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso devidamente atualizados da Remuneração, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

3.20. Decadência de Direitos aos Acréscimos

3.20.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou data do pagamento constante do comunicado publicado pela Emissora.

3.21. Publicidade

3.21.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DCI, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (www.localfrio.com.br). A publicação dos referidos atos poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário.

3.22. Destinação dos Recursos

3.22.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada (i) ao alongamento do perfil da dívida da Emissora com o pagamento do principal e dos juros relativos à Cédula de Crédito Bancário nº 004005188, emitida pela Emissora em favor do Banco Bradesco S.A., no montante correspondente a R\$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), em 30 de agosto de 2010 (“Empréstimo”

Ponte”); (ii) à integralização, pela Companhia, de parte do aumento de capital da Localfrio Itajaí, conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Localfrio Itajaí e pela Reunião do Conselho de Administração da Localfrio Itajaí, ambas realizadas em 19 de novembro de 2010, com a finalidade de permitir a aquisição, pela Localfrio Itajaí, da totalidade das ações de emissão da Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A. (“Suata”) e da Atlântico Terminais S.A. (“Atlântico”, e, em conjunto com a Suata, “Empresas Adquiridas”), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações, conforme abaixo definido.

3.23. Repactuação

3.23.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.24. Banco Mandatário e Escriturador

3.24.1. O banco mandatário da Emissão e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário e Escriturador”).

3.25. Garantias

3.25.1. As Debêntures terão como garantias: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Suata e da Atlântico, a serem adquiridas pela Localfrio Itajaí, nos termos do “Contrato de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças”, celebrado entre Dorival Medeiros Junior, Maryelen Mansur Medeiros, Jorge Seré Ferber, Fernando Borin Graziano, José Francisco Graziano, Marcelo Borin Guedes Palaia, Marcos Vinicius Borin, como acionistas vendedores e a Companhia, como compradora e outros, em 31 de agosto de 2010 (“Contrato de Compra e Venda de Ações”), sendo esta alienação fiduciária celebrada sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), quais sejam, (a) a aquisição e transferência da titularidade da totalidade das ações de emissão das Empresas Adquiridas, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações (“Fechamento da Aquisição”) e (b) obtenção de todas as aprovações necessárias junto à Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (“Autoridade Portuária”) e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), para a criação da referida alienação fiduciária sobre as ações; (ii) cessão fiduciária da Conta Vinculada Localfrio e da Conta Vinculada Localfrio Itajaí, conforme abaixo definidas, e de todos os valores a serem depositados e mantidos na Conta Vinculada Localfrio e na Conta Vinculada Localfrio Itajaí; e (iii) garantia fidejussória às obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura (“Garantias”):

- (i) alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social das Empresas Adquiridas, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pelas Empresas Adquiridas, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a

partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas das Empresas Adquiridas, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas fiduciariamente, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão das Empresas Adquiridas e de titularidade dos acionistas das Empresas Adquiridas, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo as Empresas Adquiridas ("Ações Alienadas"), cujo percentual de garantia será calculado semestralmente de acordo com relatório produzido por empresa de consultoria independente ou banco de investimento, ambos de primeira linha, contratado para esta finalidade e selecionado pela Emissora, de acordo com a Cláusula 3.25.3 desta Escritura, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e, como intervenientes anuentes, as Empresas Adquiridas ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações");

- (ii) cessão fiduciária da Conta Vinculada Localfrio e da Conta Vinculada Localfrio Itajaí, conforme abaixo definidas, e de todos os valores a serem depositados e mantidos em referidas contas ("Direitos Cedidos"), a saber: (i) conta vinculada, de titularidade da Emissora, aberta junto ao Banco Bradesco S.A. ("Banco Depositário"), movimentável única e exclusivamente pelo Banco Depositário mediante instruções do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Conta Vinculada Localfrio"), nos termos do "Contrato de Administração e Cessão Fiduciária", a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário ("Contrato de Administração e Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia"), a qual acolherá o depósito do montante recebido pela Emissora em decorrência da integralização das Debêntures, sendo que os valores depositados na Conta Vinculada Localfrio apenas poderão ser utilizados nos termos da Cláusula 3.22.1 acima; e (ii) conta vinculada, de titularidade da Localfrio Itajaí, aberta junto ao Banco Depositário, movimentável única e exclusivamente pelo Banco Depositário mediante instruções do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ("Conta Vinculada Localfrio Itajaí" e, em conjunto com a Conta Vinculada Localfrio, "Contas Vinculadas"), nos termos do Contrato de Administração e Cessão Fiduciária, a qual acolherá o depósito do montante recebido pela Localfrio Itajaí em decorrência da integralização do aumento de capital da Localfrio Itajaí pela Emissora, sendo que os valores depositados na Conta Vinculada Localfrio Itajaí apenas poderão ser utilizados para aquisição da totalidade das ações de emissão das Empresas Adquiridas;
- (iii) garantia fidejussória, na qual os Fiadores obrigam-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, em especial da Cláusula 3.25.4 abaixo.

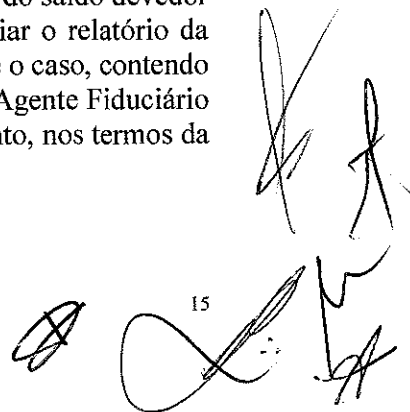
3.25.2. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar o Aditamento ao presente instrumento, para formalizar a transformação da espécie das Debêntures de subordinada para com garantia real, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de AGD para aprovação do Aditamento. A celebração do Aditamento deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias contados do cumprimento das Condições para Eficácia (conforme abaixo definidas), sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1 desta Escritura. A formalização da transformação da espécie das Debêntures de subordinada para com garantia real, ocorrerá, por meio de celebração de aditamento a esta Escritura e de seu registro na JUCESP, e do cumprimento de certas condições mencionadas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, quais sejam: (i) registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos respectivos cartórios indicados no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (ii) anotação da alienação fiduciária das Ações Alienadas no Livro de Registro de Ações das Empresas Adquiridas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do Fechamento da Aquisição e da obtenção pela Localfrio Itajaí de todas as aprovações prévias necessárias junto à Autoridade Portuária e à ANTAQ; e (iii) obtenção de todas as aprovações necessárias junto à Autoridade Portuária e à ANTAQ, para a criação da referida alienação fiduciária sobre as Ações Alienadas, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura da presente Escritura, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1, abaixo ("Condições para Eficácia").

3.25.2.1. O Fechamento da Aquisição deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem cumpridas as condições precedentes ao Fechamento da Aquisição, descritas na Cláusula 7.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações ("Condições Precedentes ao Fechamento da Aquisição"), sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1 desta Escritura.

3.25.2.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover os registros e averbações dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Contratos de Garantia.

3.25.3. O valor das Ações Alienadas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, deverá ser avaliado semestralmente, devendo a primeira avaliação ser realizada com base nas informações financeiras da Emissora referentes ao período findo em 30 de junho de 2011, por empresa de consultoria independente ou banco de investimento, ambos de primeira linha, selecionados pela Emissora, devendo referida avaliação apresentar, no mínimo, o valor correspondente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Valor Mínimo da Garantia"). A Emissora deverá enviar o relatório da empresa de consultoria independente ou banco de investimento, conforme o caso, contendo o Valor Mínimo da Garantia e a memória de cálculo de sua apuração ao Agente Fiduciário até 31 de outubro e até 31 de março de cada ano, até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 5.1, "e", (ii) abaixo.

15



3.25.3.1. Caso o Agente Fiduciário, após o recebimento do relatório disposto no item anterior, verifique o não atendimento do Valor Mínimo da Garantia, deverá notificar a Emissora, para que em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da notificação, complemente a garantia real de modo a restabelecer o Valor Mínimo da Garantia, nos termos da Cláusula 3.25.3 acima.

3.25.3.2. A não observância do complemento da garantia a fim de manter o Valor Mínimo da Garantia, nos termos da Cláusula 3.25.3.1 acima, acarretará vencimento antecipado das Debêntures.

3.25.3.3. Caso haja, por parte dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário, dúvida fundada quanto aos critérios utilizados para avaliação do valor das Ações Alienadas e apuração do Valor Mínimo de Garantia, o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora a contratação de nova empresa de consultoria independente ou banco de investimento, ambos de primeira linha, selecionados pelos Debenturistas, para realização de nova avaliação.

3.25.4. Garantia Fidejussória

3.25.4.1. Os Fiadores neste ato obrigam-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e, solidariamente com a Emissora, responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora e do Prêmio de Resgate Antecipado ou Prêmio de Amortização Parcial, nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, pelo Banco Depositário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários ao exercício de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (“Fianças” e “Valor Garantido”).

3.25.4.2. Os Fiadores obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento pela Emissora, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.25.4.3. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 837, 838 e 839, do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores (“Código de Processo Civil”).

3.25.4.4. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, as Fianças objeto da Cláusula 3.25.4.1 acima, observado, entretanto, que os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos das Fianças somente após

os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

3.25.4.5. As Fianças entrarão em vigor na Data de Emissão, permanecendo válidas em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

3.25.4.6. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias, até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.25.4.7. Os Fiadores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido. As presentes Fianças extinguir-se-ão automaticamente com o total e final adimplemento válido e eficaz do Valor Garantido.

3.25.4.8. O Fiador e a Fiadora, casados sob o regime de comunhão de bens, declaram, para fins do disposto no art. 1.647, III, do Código Civil, que reciprocamente autorizam a prestação das respectivas fianças, nos termos desta Escritura.

3.25.4.9. A transformação da espécie das Debêntures de subordinada para com garantia real em nada afetará as Fianças, que permanecerão válidas e eficazes em todos os termos e condições previstos nesta Cláusula 3.25.4.

3.25.5. O Contrato de Administração e Cessão Fiduciária deverá ser registrado nos respectivos cartórios indicados no Contrato de Administração e Cessão Fiduciária, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura do Contrato de Administração e Cessão Fiduciária, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Cláusula 4.1 abaixo.

3.26. Colocação das Debêntures

3.26.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com esforços restritos de colocação, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos” (“Contrato de Distribuição”).

3.26.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de coordenador da Oferta (“Coordenador Líder”), poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.26.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta descrita na presente Escritura (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas

mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.26.6 abaixo deverão ~~subscrever~~ ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.26.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.26.5. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.26.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.26.3 alínea (ii) acima, pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

3.26.7. Havendo exercício da garantia firme, as Debêntures poderão ser colocadas em qualquer das empresas que integram o conglomerado financeiro do Coordenador Líder.

3.26.8. O Plano de Distribuição elaborado pelo Coordenador Líder levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, observados os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição.

3.26.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

3.26.10. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, e (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

3.26.11. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA IV
VENCIMENTO ANTECIPADO

4.1. Respeitado o disposto nas Cláusulas 4.2 e 4.3, as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura ou inadimplemento pela Emissora, pela Localfrio Itajaí ou pelas Empresas Adquiridas de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (c) na hipótese de decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário, cujo valor agregado supere R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (d) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora ou pela Localfrio Itajaí nos Contratos de Garantia provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (e) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais: (i) que acarretem o início de procedimento administrativo com o objetivo de intervenção pela Autoridade Portuária, encampação, caducidade, extinção ou revogação do “Instrumento Público de Arrendamento de Área na Zona Industrial Portuária da Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros”, celebrado com a Suata (“Contrato de Arrendamento Suata”) e/ou do “Instrumento Público de Arrendamento de Área na Zona Industrial Portuária da Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros”, celebrado com a Atlântico (“Contrato de Arrendamento Atlântico”) e, em conjunto com o Contrato de Arrendamento Suata, “Contratos de Arrendamento”); ou (ii) que impliquem interrupção ou suspensão total ou de parte relevante das atividades da Emissora e/ou das Empresas Adquiridas, sem que a Emissora ou as Empresas Adquiridas, conforme o caso, iniciem, no prazo de 15 dias contados dos eventos descritos nesta alínea “e”, os procedimentos para adoção das medidas necessárias para reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos, bem como consigam reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos, no prazo de 90 (noventa) dias com relação aos itens (i) e (ii) desta alínea “e”;

- (f) a decretação de intervenção pela Autoridade Portuária, tendo por objeto o término de qualquer um dos Contratos de Arrendamento, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação pelas Empresas Adquiridas da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (g) se a Emissora, a Localfrio Itajaí ou as Empresas Adquiridas alienarem ou onerarem, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou operações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional", em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, da Localfrio Itajaí ou das Empresas Adquiridas, não superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para cada uma das referidas empresas); (ii) alienações ou operações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou operações com a finalidade de atender exigências previstas nos Contratos de Arrendamento;
- (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora, da Localfrio Itajaí ou das Empresas Adquiridas por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer cisão, fusão, incorporação ou reorganização societária da Emissora, da Localfrio Itajaí ou das Empresas Adquiridas que envolvam exclusivamente sociedade(s) controlada(s) direta ou indiretamente pela Localpar ou por empresa que venha a substituí-la sob o mesmo controle, desde que mantida a alienação fiduciária das Ações Alienadas, quaisquer que sejam suas sucessoras, mediante aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (i) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, da Localfrio Itajaí ou das Empresas Adquiridas, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora, da Localfrio Itajaí ou das Empresas Adquiridas, na qual a(s) sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Localpar ou por empresa que venha a substituí-la sob o mesmo controle, desde que mantida a alienação fiduciária das Ações Alienadas, quaisquer que sejam suas sucessoras, mediante aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (j) redução de capital social da Emissora que resulte em capital social inferior a 10% (dez por cento) do capital social existente na Data de Emissão, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; ou (ii) se previamente autorizado por Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- (k) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão

dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;

- (l) não pagamento, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (m) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se os Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão ou de suas garantias, e tal efeito não for sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento;
- (n) se a Emissora, a Localfrio Itajaí ou as Empresas Adquiridas (i) solicitarem moratória, (ii) solicitarem suspensão geral do pagamento e/ou reestruturação de parte substancial de suas dívidas, (iii) tornarem-se insolventes, requererem recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) se a Emissora, a Localfrio Itajaí ou qualquer das Empresas Adquiridas tiverem sua falência decretada e/ou requerida, nesta última hipótese desde que referido requerimento não seja elidido no prazo judicial aplicável;
- (o) caso a Emissora, a Localfrio Itajaí ou qualquer das Empresas Adquiridas vierem a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou a realizar transformação em sociedade limitada;
- (p) caso qualquer das Condições para Eficácia não seja implementada nos prazos previstos na Cláusula 3.25.2;
- (q) caso a Emissora realize o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- (r) não celebração do Aditamento em até 20 (vinte) dias contados do cumprimento das Condições para Eficácia;
- (s) não apresentação para registro e/ou não obtenção do registro na JUCESP do Aditamento, para formalizar a transformação da espécie das Debêntures de subordinada com garantia adicional fidejussória para a espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 3.25.2 desta Escritura e no prazo de 10 (dez) dias da sua formalização;

- (t) a não observância do complemento da garantia a fim de manter o Valor Mínimo da Garantia, nos termos da Cláusula 3.25.3.2 acima;
- (u) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.25 desta Escritura venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis, e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 20 (vinte) dias úteis da sua ocorrência;
- (v) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora, que comprovadamente (mediante publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), bem como na regulamentação aplicável), afete de forma negativamente relevante a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações financeiras, incluindo, mas não se limitando as obrigações financeiras decorrentes da presente Escritura;
- (w) caso a presente Escritura, em função da garantia fidejussória nela prestada, não seja registrada nos cartórios de títulos e documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo descrito na Cláusula 2.6.1 acima;
- (x) caso o Fechamento da Aquisição não ocorra no prazo previsto na Cláusula 3.25.2.1 acima;
- (y) caso as Condições Precedentes ao Fechamento da Aquisição não sejam cumpridas até 30 de dezembro de 2010; e
- (z) caso o Contrato de Administração e Cessão Fiduciária não seja registrado no prazo previsto na Cláusula 3.25.5 acima.

4.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (f), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (o) e (q) da Cláusula 4.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive por meio da excussão das Garantias, uma vez observado os Contratos de Garantia.

4.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (d), (g), (h), (p), (r), (s), (t), (u), (v), (w); (x); (y) e (z) da Cláusula 4.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A AGD a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.4. Na Assembleia mencionada na Cláusula 4.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula 7.2 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.5. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não aprovado o exercício da faculdade prevista acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

4.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou o seu saldo, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.19 acima.

4.7. Na hipótese de não aprovação, pela AGD, do exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.3 acima, o pagamento, em razão da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, deverá ser efetuado pela Emissora em até 5 (cinco) dias úteis contados (i) do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 9.2 desta Escritura, ou por aviso de recebimento; ou (ii) da data da realização da AGD, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à AGD, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida AGD.

CLÁUSULA V COMPROMISSOS DA EMISSORA E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

5.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora ou de suas controladas, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral

definitiva que implique em condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;

(d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 4.1 acima;

(e) encaminhar ao Agente Fiduciário:

(i) informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário justificadamente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício acompanhada do relatório da administração e do parecer de auditoria e (b) nas datas descritas na Cláusula 3.25.3, relatório emitido por empresa de consultoria independente ou banco de investimento, conforme o caso, contendo o Valor Mínimo da Garantia com base no semestre de apuração;

(iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações semestrais relativas aos respectivos semestres, quando for o caso, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;

(iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dentro de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;

(v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(vii) em até 5 (cinco) dias úteis, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 3.21, acima;

(viii) avisos aos titulares das Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de

assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares das Detenturas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(ix) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;

(x) cópia dos documentos que comprovem a subscrição das ações da Localfrio Itajaí, decorrentes do aumento de capital descrito na Cláusula 3.22.1, de modo a possibilitar a liberação dos recursos depositados na Conta Vinculada Localfrio, nos termos do Contrato de Administração e Cessão Fiduciária;

(xi) cópia dos documentos que comprovem o cumprimento das Condições Precedentes ao Fechamento da Aquisição, de modo a possibilitar a liberação dos recursos depositados na Conta Vinculada Localfrio Itajaí, nos termos do Contrato de Administração e Cessão Fiduciária;

- (f) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP;
- (h) (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, suas demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A., e com os normativos emitidos pela CVM, (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar tais demonstrações acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e (iv) manter tais documentos em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, nos termos da Instrução CVM 476;
- (i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (j) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;

- (k) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora, a qual não poderá exceder a 2 (dois) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (l) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (m) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do fato ou do ato;
- (n) obter, e fazer com que a Localfrio Itajaí e/ou as Empresas Adquiridas obtenham, observar, e fazer com que a Localfrio Itajaí e/ou as Empresas Adquiridas observem, os termos de, e praticar, e fazer com que a Localfrio Itajaí e/ou as Empresas Adquiridas pratiquem, todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Localfrio Itajaí e/ou pelas Empresas Adquiridas incluindo, mas não se limitando, aos Contratos de Arrendamento, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (o) tomar todas as medidas para manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, às atividades da Localfrio Itajaí e das Empresas Adquiridas ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora, da Localfrio Itajaí ou das Empresas Adquiridas ou para suas capacidades em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (p) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (q) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência

das Debêntures: (i) Banco Mandatário e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND); e, durante o prazo necessário, o Banco Depositário.

- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (s) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.22 acima;
- (t) enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (u) contratar e manter contratada, enquanto as Debêntures não forem integralmente quitadas, empresa de consultoria independente e/ou banco de investimento, ambos de primeira linha, para realização do laudo de avaliação das Ações Alienadas, nos termos da Cláusula 3.25.3 acima;
- (v) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados nos Contratos de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;
- (w) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e comprovações por este requeridas, acerca das Debêntures, incluindo, mas não limitando-se aos Direitos Cedidos e as Ações Alienadas, nos termos dos Contratos de Garantia, de sorte a permitir que o Agente Fiduciário execute todas as disposições dos Contratos de Garantia;
- (x) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Debêntures, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Debêntures, incluindo, mas não limitando-se aos Direitos Cedidos e as Ações Alienadas, nos termos dos Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Debêntures;
- (y) (i) observar os deveres de sigilo e as vedações à negociação previstos na Instrução CVM nº 358; e (ii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM nº 358 e da Instrução CVM 476;
- (z) contratar, as suas expensas, escritório de advocacia de renomada reputação para assessorar a Emissora, o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário na elaboração

dos documentos da Oferta;

- (aa) observar os limites da emissão prescritos no artigo 60 da Lei da S.A., após a realização do Aditamento para transformar a espécie das Debêntures; e
- (bb) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

6.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como o agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.

6.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28").

6.2. Substituição

6.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

6.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 6.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 6.2.7. abaixo.

6.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

6.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá, receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

6.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado na JUCESP.

6.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

6.3. Deveres

6.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGDs, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das S.A. e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;
- (k) comparecer à AGD, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório citado nesta cláusula, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização legal à CVM pelo Agente Fiduciário:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais, após a realização do Aditamento para transformar a espécie das Debêntures; e
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora e na página da rede mundial de computadores pertinente;
 - (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) na sede da CVM;
 - (iv) na sede do Coordenador Líder, indicada na Cláusula 9.2 abaixo; e
 - (v) na CETIP.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.21 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- (i) à CVM; e
 - (ii) à CETIP;
- (r) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos na alínea

“a”, do Parágrafo Primeiro, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, após a realização do Aditamento para transformar a espécie das Debêntures;

- (s) intimar a Emissora a reforçar as garantias reais, na hipótese prevista na Cláusula 3.25.3.1 desta Escritura, após a realização do Aditamento para transformar a espécie das Debêntures;
- (t) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, após a realização do Aditamento para transformar a espécie das Debêntures;
- (u) disponibilizar, diariamente, aos Debenturistas, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, por meio do site www.pentagonotrustee.com.br; e
- (v) Acompanhar, em conjunto com a Emissora, com o Banco Mandatário e Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

6.3.2. A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao disposto nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das S.A.

6.4. Atribuições Específicas

6.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar, após a realização do Aditamento para transformar a espécie das Debêntures, as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o

autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade dos Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" da mesma Cláusula.

6.4.3. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

6.5. Remuneração

6.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura e as demais na mesma data dos anos subsequentes, e assim, sucessivamente, até a liquidação integral das Debêntures;

(a.i) Em caso de inadimplemento financeiro das obrigações previstas nesta Escritura pela Emissora, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades, que deverá ser paga 05 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembleias de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas;

(b) as parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário;

(c) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

(d) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão

igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

(e) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento; e

(f) As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5.2. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação ou a vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas, acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

6.5.3. A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

7.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.1.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no DOESP e no DCI, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de

convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.

7.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.1.7. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura.

7.1.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

7.1.9. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações, exceto se especialmente convocadas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

7.2. Quorum de Instalação

7.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.2.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderão participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

7.3. Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembleia ou àquele que for designado pela CVM.

7.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação objeto da Cláusula 4.4 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quorum previsto na Cláusula 6.4.2 acima, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

7.4.2. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 7.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

8.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou que o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das S.A. não se aplica a presente emissão por se tratar de emissão de debêntures subordinadas. Quando da celebração do Aditamento para formalizar a transformação das Debêntures da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória para a espécie com garantia real, o Agente Fiduciário verificará o atendimento às disposições do artigo 60 da Lei das S.A.;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

8.2. Declarações e Garantias da Emissora

8.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

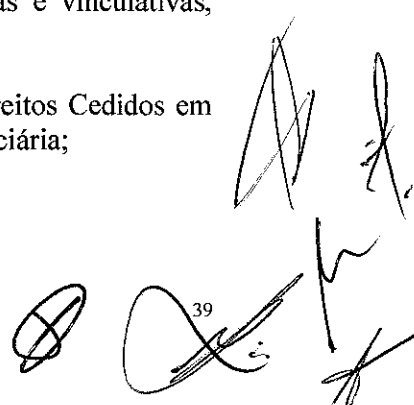
- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia, a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto com relação ao ônus ou gravame decorrente do Contrato de Administração e Cessão Fiduciária; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e

condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

- (d) na Data de Emissão, as ações de emissão das Empresas Adquiridas, alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, possuem valor correspondente a R\$189.000.000,00 (cento e oitenta e nove milhões de reais), conforme relatório elaborado pela BR Advisory Partners Participações S.A., no âmbito da operação da aquisição das ações das Empresas Alienadas;
- (e) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (f) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;
- (g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída como companhia de capital fechado de acordo com as leis brasileiras; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios;
- (j) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não está subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (k) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures ou para a realização da Emissão, exceto com relação às Garantias, ao cumprimento das Condições para Eficácia e ao registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND;
- (l) a Emissora está em cumprimento, em seus aspectos relevantes, das leis e regulamentos ambientais a elas aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as

quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

- (m) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes, inclusive ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (n) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (o) não omitiu nenhum fato de qualquer natureza que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas;
- (q) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.22 desta Escritura;
- (r) possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia, possui todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição da Garantia prevista no Contrato de Administração e Cessão Fiduciária;
- (s) os Contratos de Garantia constituem obrigações legais, válidas e vinculativas, podendo ser executados contra si de acordo com seus termos;
- (t) responsabiliza-se pela existência e correta formalização dos Direitos Cedidos em garantia nos termos do Contrato de Administração e Cessão Fiduciária;



39

- (u) está cumprindo rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão e procedendo a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou a regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (v) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (w) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA IX COMUNICAÇÕES

9.1. Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 9.2 abaixo.

9.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

- (a) Para a Emissora:

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

Rua do Rócio, nº 220, 8º e 9º andar, conjunto 82, 91 e 92
CEP 04552-903 – São Paulo – SP
At.: Maxwell Navarro
Telefone: (11) 3046-4600
Fac símile: (11) 3046-4690

e-mail: maxwell.navarro@localfrio.com.br
Internet: www.localfrio.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Marcelo da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac símile: (21) 3385-4046
e-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br/ c/c: trustee@pentagonotrustee.com.br
Internet: www.pentagonotrustee.com.br

(c) Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n, Pr.Amarelo -2º andar – Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco – SP
At.: João Batista de Souza/Fábio da Cruz Tomo
Telefone: (11) 3864-7911 – 3684-2852
e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiartf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br
Internet: www.bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

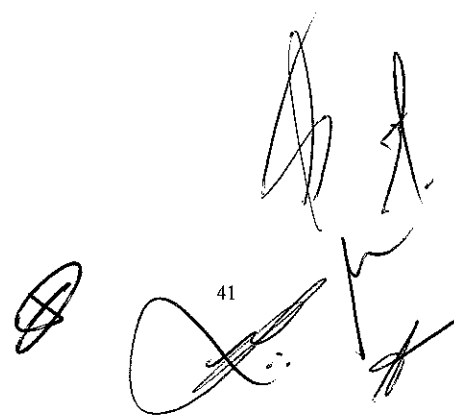
CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários – GEVAM
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(e) Para o Coordenador Líder:

Banco Bradesco BBI S.A.

Av. Paulista, nº 1.450, 8º andar,
CEP 01310-917 São Paulo - SP
At.: João Carlos Zani



Telefone: (11) 2178-4800

Fac símile: (11) 2178-4880

e-mail: zani@bradescobbi.com.br e bbi@bradescobbi.com.br

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 9.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. As notificações de inadimplemento dispostas na Cláusula 4 desta Escritura não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

CLÁUSULA X CUSTOS DE REGISTRO

10.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.1.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.2. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 19 de novembro de 2010.

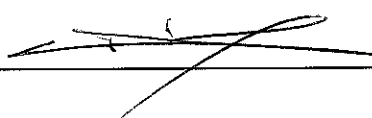
(assinaturas na próxima página)



43

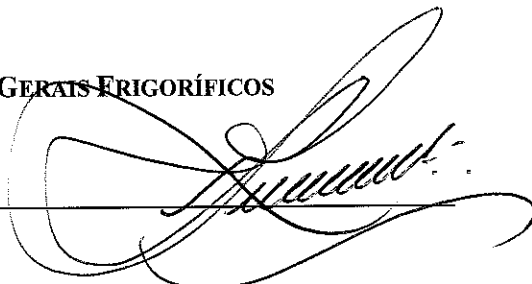
Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS



Marcelo Orpinetti
CEO

DIRETOR PRESIDENTE

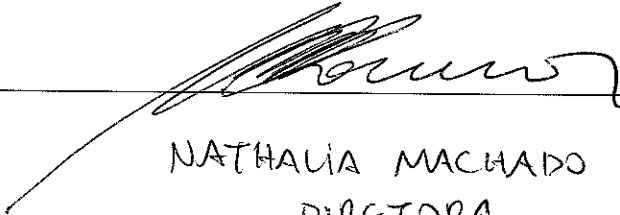


Marcelo Fioretto Lukasevicius
Diretor de Controladoria



Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

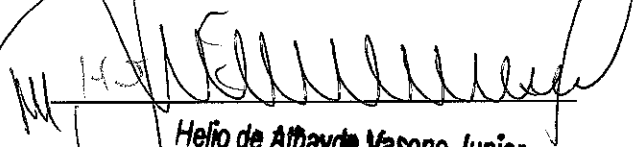
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


NATHALIA MACHADO LOUREIRO
DIRETORA



Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

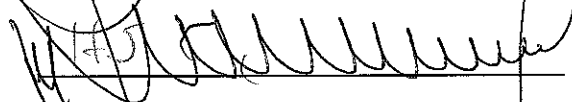
HÉLIO DE ATHAYDE VASONE



Hélio de Athayde Vasone Junior

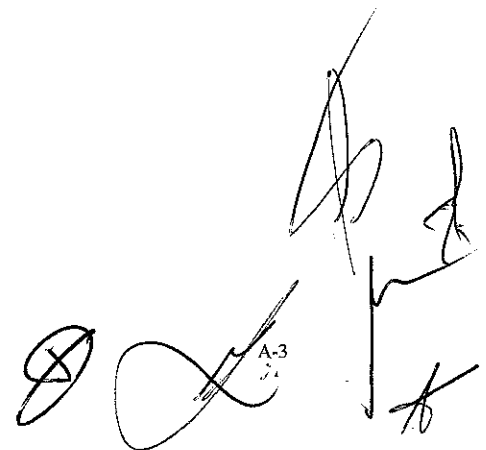
PROCURADOR

MARILENA RODRIGUES VASONE



Hélio de Athayde Vasone Junior

PROCURADOR



Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

MARILENA RODRIGUES VASONE

Helio de Athayde Vasone Junior
PROCURADOR

HÉLIO DE ATHAYDE VASONE

Helio de Athayde Vasone Junior
PROCURADOR

[Handwritten signatures and initials]

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

Testemunhas

Nome: Alex dos Santos Lima
CPF: 838.765.188-00

Nome: Maxwell Russo Navarro
CPF: 212.773.688-56



JUCESP

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.

Anexo I à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

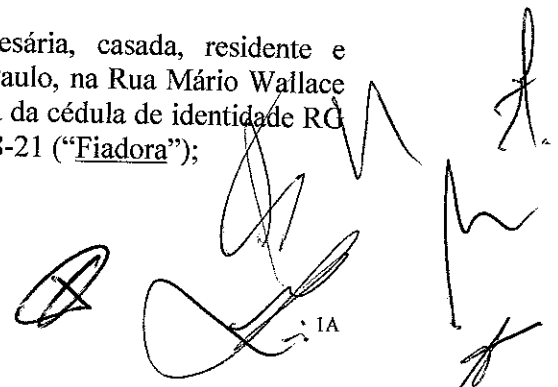
ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO DE ESCRITURA

Instrumento Particular De [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

Pelo presente instrumento, de um lado,

- (i) **LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Fernando Falcão, nº 1.137, CEP 03180-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0001-16, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
 - (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200 – Bloco 4 – Sala 514,, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com garantia adicional fidejussória, a ser transformada em espécie com garantia real, em série única, em regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora ("Debenturistas"),
- Na qualidade de intervenientes garantidores:
- (iii) **HÉLIO DE ATHAYDE VASONE**, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mário Wallace Simonsen Cochrane, nº 40, CEP 05678-060, portador da cédula de identidade RG nº 1.918.514, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.584.068-72 ("Fiador"); e
 - (iv) **MARILENA RODRIGUES VASONE**, brasileira, empresária, casada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mário Wallace Simonsen Cochrane, nº 40, CEP 05678-060, portadora da cédula de identidade RG nº 2.617.241, inscrita no CPF/MF sob o nº 255.275.618-21 ("Fiadora");



Modelo (le Aditamento à Escritura

- (v) **LOCALPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua de Rócio, nº 220, 8º andar, conjunto 82, sala B, CEP 04552-903, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.196.697/0001-34, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Localpar") e, em conjunto com o Fiador e com a Fiadora, os "Fiadores",

E, na qualidade de interveniente:

- (vi) **LOCALFRIO ITAJAÍ S.A. ARMAZÊNS GERAIS FRIGORÍFICOS**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Francisco Reis, nº 1.205, Cordeiros, CEP 88311-710, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.046.834/0001-87, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Localfrio Itajaí"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o [●] Aditamento ("Aditamento") à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos (a "Escritura", a "Emissão" e as "Debêntures"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado conforme a Cláusula 3.25.2 da Escritura, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para sua realização.

CLÁUSULA II AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

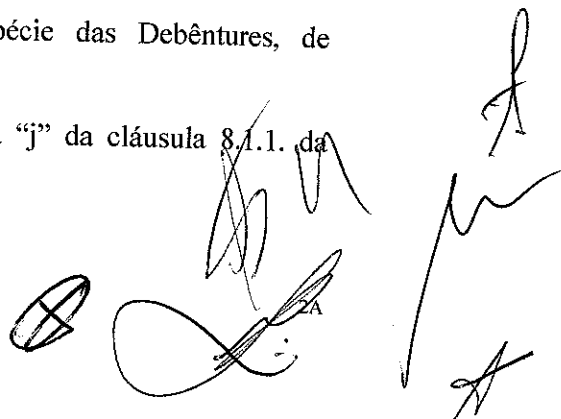
Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das S.A.

CLÁUSULA III RETIFICAÇÕES

O presente Aditamento tem como objetivo alterar a espécie das Debêntures, de subordinada para com garantia real.

Para tanto, ficam alteradas as Cláusulas 3.6.1, 3.7.1 e alínea "j" da cláusula 8.1.1. da Escritura, que passam a ter a seguinte nova redação:

"3.6. *Espécie*



Modelo de Aditamento à Escritura

3.6.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, conforme estabelecido na Cláusula 3.25 desta Escritura."

"3.7 Limite da Emissão

3.7.1. A Emissão atende aos requisitos previstos na alínea "a" do parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que (a) as Debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, e (b) o valor total das Garantias, nesta data, é de R\$[●] ([●]), apurado (descrever) o que representa, na Data de Emissão, [●]% do valor total do saldo devedor das Debêntures."

"8.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura e, com relação ao item (j), na data de assinatura do Instrumento Particular de 1º Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos, que:

(j) verificou, com base nas informações dispostas na Cláusula 3.7.1 acima que o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das S.A. foi atendido".

CLÁUSULA IV RATIFICAÇÕES

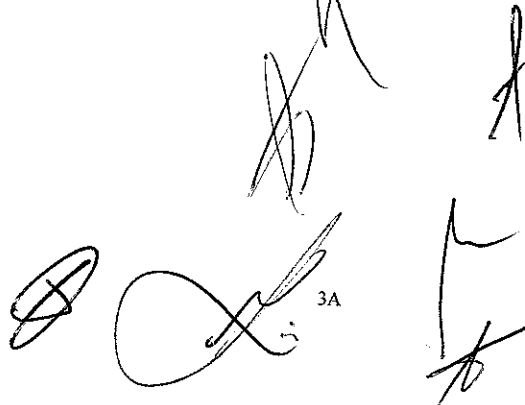
Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento, as quais são neste ato confirmadas pelas partes signatárias deste Aditamento.

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam

São Paulo, [●] de [●] de 2010



3A

Página de Assinatura do [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS

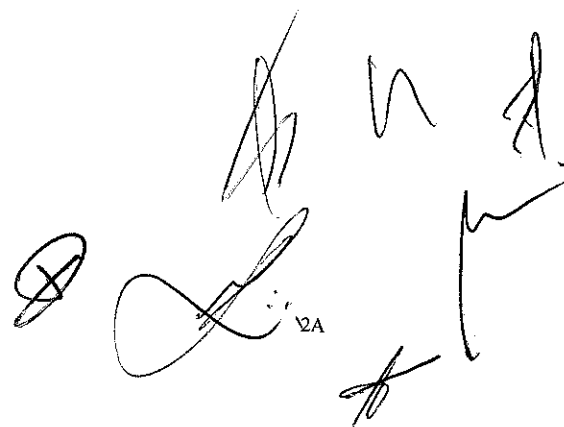


Handwritten signatures and initials, including a large signature and the text "1A" near the bottom right.

Modelo de Aditamento à Escritura

Página de Assinatura do [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, the letters 'h d', and other smaller marks.

Modelo de Aditamento à Escritura

Página de Assinatura do [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

HÉLIO DE ATHAYDE VASONE

MARILENA RODRIGUES VASONE

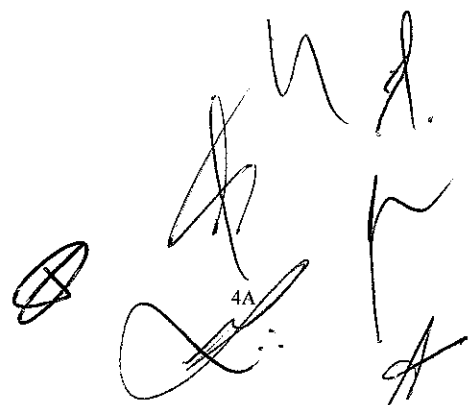
Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large stylized signature and several smaller initials.

Modelo de Aditamento à Escritura

Página de Assinatura do [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

MARILENA RODRIGUES VASONE

HÉLIO DE ATHAYDE VASONE



Handwritten signatures and initials, including a circular stamp and the number 4A.

Modelo de Aditamento à Escritura

Página de Assinatura do [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

LOCALPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be of various individuals, possibly representing different roles or departments.

Modelo de Aditamento à Escritura

Página de Assinatura do [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

LOCALFRIO ITAJAÍ S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are several distinct marks, including a large stylized signature, a smaller signature, and various initials.

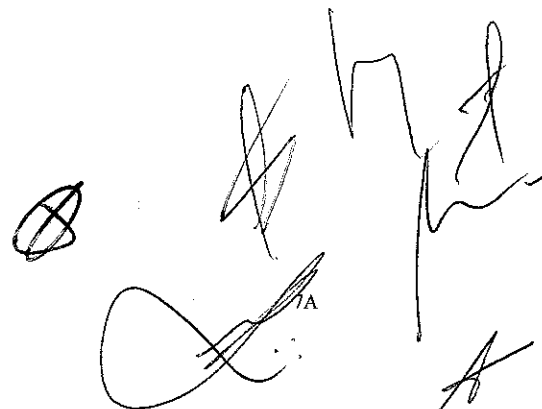
Modelo de Aditamento à Escritura

Página de Assinatura do [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

The block contains several handwritten signatures in black ink. There are approximately five distinct signatures, some of which are quite stylized and cursive. They are located in the bottom right corner of the page.